

Sumário

Apresentação	XIII
Prefácio	XV
1 Introdução	1
2 A Instituição do Júri no Brasil e a Introdução da Execução Penal Provisória pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)	5
2.1 Origem, internalização e garantia constitucional.....	5
2.1.1 Fundamentos históricos do Tribunal do Júri	5
2.1.2 O Tribunal do Júri enquanto cláusula pétrea.....	18
2.2 A quem ele “serve”? Seria o júri uma “garantia social”?.....	19
2.2.1 In dubio pro societate	20
2.2.2 Processo penal acusatório e soberania dos veredictos	22
2.2.3 In dubio pro reo	25
2.3 Inovação da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime): a possibilidade de execução penal provisória de condenações do júri.....	27
3 A Recente Jornada da Execução Penal Provisória na Jurisprudência da Suprema Corte	41
3.1 A evolução do entendimento da Corte sobre a execução penal provisória no Habeas Corpus 84.078-7.....	44
3.2 Virada de entendimento no Plenário Virtual do STF: o advento do Habeas Corpus 126.292/SP	48

3.3 Fazendo as pazes com a Carta Política: o julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54.....	58
3.4 A incidência do comando do artigo 492, inciso I, alínea “e” e §4º do CPP em um caso desafiador: a execução penal provisória no caso Kiss.....	71
4 A Impossibilidade da Execução Provisória da Pena no Brasil: dos Pilares Normativos aos Outros Argumentos Relevantes.....	75
4.1 O direito fundamental à presunção de inocência: expressão constitucional e infraconstitucional	75
4.2 Soberania dos veredictos x Criminalização midiática.....	77
4.2.1 A voz do povo é o Direito?.....	80
4.2.2 Crítica ao populismo penal, discurso e prática punitiva.....	82
4.3 Aspectos criminológicos da execução provisória e encarceramento em massa	83
5 Conclusão	91
Referências Bibliográficas	95